

# **BLOCO NO PODER NO CENTRO DO ARRANJO ESPACIAL:** as contribuições de Nicos Poulantzas e sua atualidade para entender a formação socioespacial

**BLOCK IN POWER IN THE CENTER OF SPACIAL ARRANGEMENT:** the contributions of Nicos Poulantzas in his relevance to understand the social-spacial formation

**BLOQUE DE PODER EN EL CENTRO DE LO ARREGLO ESPACIAL:** Las aportaciones de Nicos Poulantzas y su relevancia para comprender la formación socioespacial

## RESUMO

A obra de Nicos Poulantzas, em especial o livro “Poder Político e Classes Sociais”, de 1968, é um dos principais trabalhos no campo da ciência política e da filosofia. O conjunto de sua obra aborda a especificidade e a função do Estado burguês e das classes sociais, além dos conceitos de *bloco no poder* e de *burocracia*, dentre muitos outros. O presente trabalho busca ressaltar os conceitos da obra poulantziana para entender a formação socioespacial brasileira, os conflitos e as lutas de classes, a ação do Estado, e do bloco no poder, em um diálogo com o arcabouço conceitual da geografia, sobretudo de Ruy Moreira que em um determinado momento de sua obra incorporou elementos da abordagem do filósofo grego. Defende-se a hipótese de que os estudos geográficos, através dos arranjos espaciais, da formação socioespacial, e da intervenção estatal, encontram, por meio desta, seu centro de decisão no bloco no poder.

**Palavras-Chave:** Nicos Poulantzas; bloco no poder; arranjo espacial; formação socioespacial

## ABSTRACT

The work of Nicos Poulantzas, in particular the book “Political Power and Social Classes” (1968), it is one of the main works in the field of political science and philosophy. The set of his work addresses the specificity and function of the bourgeois State and social classes, beside the concepts of the bloc in power and bureaucracy, among many others. The present work seeks to deal with the actuality of the Poulantzian work in order to reflect the brazilian socio-spatial formation, conflicts and the class struggles, the action of the State, and the block in power, in a dialogue with the conceptual framework of geography, especially in Ruy Moreira’s work which at a certain point incorporated elements of the greek philosopher’s approach. We defend the thesis that geographic studies, through spatial arrangements, socio-spatial formation and state action, find, through this, their decision center in the block in power.

**Key-words:** Nicos Poulantzas; block in power; spacial arrangement; socio-spatial formation

## RESUMEN

La obra de Nicos Poulantzas, especialmente el Poder Político y las Clases Sociales de 1968, es una de las principales obras en el campo de la ciencia política y la filosofía. El conjunto de su obra aborda la especificidad y función del Estado burgués y clases sociales, además de los conceptos de bloque de poder y burocracia, entre muchos otros. El presente trabajo busca abordar la actualidad de la obra poulantziana para reflejar la formación socioespacial brasileña, los conflictos y las luchas de clases, la acción del Estado y el bloqueo en el poder, en diálogo con el marco conceptual de la geografía, especialmente Ruy Moreira. que en cierto momento de su obra incorporó elementos del enfoque del filósofo griego. Defendemos la hipótesis de que los estudios geográficos, ya sea a través de arreglos espaciales, formación socioespacial e intervención estatal, encuentran, a través de esto, su centro de toma de decisiones en el bloque de poder.

**Palabras-clave:** Nicos Poulantzas; bloque en el poder; arreglos espaciales; formación socioespacial

## Introdução

Nicos Poulantzas foi, sem dúvidas, um dos principais cientistas políticos e filósofos da modernidade. A publicação de *Poder Político e Classes Sociais*, na França de 1968, ano de intensas lutas políticas no país e em várias partes do mundo, obteve importante repercussão e várias edições em diferentes línguas. No prefácio da mais recente edição publicada pela Unicamp, Armando Boito Júnior afirma que Poulantzas nos legou “um rigoroso e sofisticado tratado de teoria política marxista” (2019, p.7) e essa sentença combina com o próprio sociólogo. Na referida obra, sua relevância consiste, entre outras coisas, na discussão quanto à constituição e à especificidade do Estado capitalista, e à construção do conceito de “bloco no poder”.

A obra de Poulantzas também repercutiu no Brasil (SAES, 2007; MOTTA, 2017), inclusive animando os debates em torno da renovação crítica da geografia, sobretudo entre os autores que buscavam romper com a geografia tradicional e propor um olhar marxista da teoria geográfica (PEDROSA, 2015; FRANÇA FILHO, 2012). O importante geógrafo carioca Ruy Moreira, durante este período também fez um diálogo muito profícuo entre marxismo e geografia, buscando inspiração em autores como Yves Lacoste, Henri Lefebvre, Rosa Luxemburgo, Louis Althusser e Antônio Gramsci. O diálogo com Poulantzas se deu sobretudo na sua dissertação de mestrado publicada em 1985, chamada *O movimento operário e a questão cidade-campo. Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária*.

A partir dos anos noventa houve uma mudança de paradigma nos estudos da geografia, que começaram a adotar diferentes correntes e escolas do pensamento. O marxismo perde a influência que tinha, “quando a nova esquerda e o pós-estruturalismo ganham força dentro do campo” (PEDROSA, 2015, p.5). De modo geral houve uma crise do marxismo como um todo durante este período, justificado por inúmeros fatores como a queda da União Soviética, o fortalecimento do neoliberalismo e da globalização como ideologias, assim como o crescimento de tendências socialdemocratas e liberais dentro das organizações de esquerda (HARNECKER, 2018).

No entanto, nos últimos anos houve uma retomada da obra poulantziana no Brasil e no mundo, com uma série de trabalhos realizados a partir de suas contribuições. O ressurgimento do marxismo poulantziano, de maneira criativa e renovada, é fundamental nesse momento em que as transformações socioespaciais profundas que passamos nas últimas décadas recolocam suas problemáticas teóricas. O mundo encontra-se diante de uma crescente concentração de renda e terra, da elevação do desemprego e da permanência da fome. A crise do capitalismo, sobretudo a partir de 2008, arranhou o ideário da globalização neoliberal, mas não modificou o neoliberalismo como modelo societário. O papel do Estado continua fundamental para garantir um sistema interestatal para garantir a acumulação sob hegemonia do capital financeiro, reforçando um arranjo desigual entre países imperialistas e dependentes (OSÓRIO, 2019).

O Brasil, por sua vez, não passou ileso dos efeitos da crise; os problemas estruturais e a condição de país dependente não se alteraram. Nos últimos anos o país enfrentou uma profunda reestruturação produtiva e ao mesmo tempo consolidou-se uma economia agroexportadora de *commodities* (DELGADO, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2010). O agronegócio brasileiro tornou-se o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo, dependendo de um forte apoio do Estado para a consolidação de um arranjo espacial da acumulação. Por outro lado, as lutas e os conflitos territoriais, empreendidos pelos movimentos socioterritoriais, partidos e sindicatos, buscam formas de desenvolvimento contra-hegemônico, pressionando o Estado a realizar políticas de desenvolvimento. Estas conflitualidades (FERNANDES, 2008) – lutas reivindicativas de classe expressas entre diferentes modelos de desenvolvimento – também são conflitos de espaço e contraespaço (MOREIRA, 2013) e engendram, nas formações socioespaciais, lutas de classe, raça e gênero articuladas. A reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o projeto energético popular e soberano

do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a soberania alimentar e agroecológica articuladas pelos movimentos ligados à Via campesina, são expressões de outro modelo de desenvolvimento e, portanto, de outro arranjo espacial.

Nota-se, assim, a atualidade e a relevância de Poulantzas nos estudos geográficos. Pretendemos, portanto, neste trabalho, com base nos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, resgatar a teoria materialista poulantziana no diálogo com o geógrafo Ruy Moreira, a fim de analisar o papel do Estado, das classes sociais em luta, do imperialismo e da formação socioespacial.

O texto está estruturado em três partes. Nas duas primeiras, introduzir-se-ão ao/à leitor/a os conceitos fundamentais das obras citadas alhures de Nicos Poulantzas e Ruy Moreira, respectivamente, demonstrando os elos, os diálogos e as diferenças entre elas. No terceiro tópico conduziremos a leitura da análise sobre a formação socioespacial brasileira proposto por Ruy Moreira, tendo como eixo principal o bloco no poder no centro do ordenamento dos arranjos espaciais, com vistas a demonstrar uma leitura possível a partir do ferramental poulantziano, mas sem nenhuma pretensão de esgotar seu potencial.

## **Estado E bloco no poder na obra de Nicos Poulantzas**

Para versar sobre a influência de Nicos Poulantzas na geografia em geral e na obra de Ruy Moreira em específico, é necessário situá-lo no contexto em que estava inserido, no projeto teórico que tinha em desenvolvimento e nas fases de seu pensamento. Poulantzas foi um importante filósofo e cientista político grego (1936-1979); por volta de 1965 foi se aproximando do pensamento de Louis Althusser e de seus alunos, centrados na *École Normale Supérieure* em Paris. A influência althusseriana sempre foi central em sua obra; contudo, por volta de 1977-78, Poulantzas se associou ao eurocomunismo de esquerda e a um diálogo com Foucault. Apesar da sua trágica e repentina morte em 1979, devido a um suicídio, Nicos Poulantzas deixou importante obra sobre filosofia e ciência política, ainda extremamente relevante nos dias atuais (MARTIN, 2008; JESSOP, 1985).

Durante os anos 1960, a influência de Althusser foi fundamental para a mudança de foco na pesquisa de Poulantzas. Althusser e seus discípulos propunham, dentre outras coisas, um projeto intelectual de releitura crítica de Marx, com forte influência de Lenin e de Mao Zedong, que abandonasse o humanismo teórico e o historicismo. Dentre as suas proposições (ALTHUSSER, 2015) estão a existência de uma ruptura epistemológica em Marx, localizada principalmente na obra “A ideologia Alemã”, de 1845, que levou Marx e Engels a uma mudança de problemática teórica, agora com o enfoque no modo de produção, nas lutas de classes, no capital etc; compreendendo o marxismo como uma ciência da história, e o modo de produção para além de sua infraestrutura econômica, mas como um “todo complexo-estruturado” – aqui a forte influência da dialética de Mao Zedong (1999). Esta perspectiva, em outras palavras, sugere que as instâncias são plurais, contraditórias e sobre-determinadas, das quais tanto as estruturas como as práticas possuem autonomia relativa, em que a depender da formação social e da conjuntura uma das instâncias é dominante, sendo elas determinadas *apenas* em última instância pelo “econômico” – pela produção da vida material.

Ora, a partir da compreensão da autonomia relativa da instância jurídico-política, o projeto de Poulantzas foi exatamente produzir uma teoria materialista do Estado no modo de produção capitalista. Em sua principal obra, nomeada *Poder político e classes sociais* (2019), originalmente publicada em 1968, Poulantzas realiza um estudo aprofundado de Marx, Engels, Lenin, Pachukanis, Gramsci e Mao Zedong, entre outros importantes teóricos que refletiram sobre o Estado.

Desta forma, Poulantzas entende o Estado como uma estrutura que garante a coesão de uma sociedade de classes e das práticas em uma formação social. Nesse sentido, o Estado condensa as contradições dos diversos níveis de uma formação social específica (POU-

LANTZAS, 2019, p.46). Quando tratado de uma formação social capitalista, por exemplo, o Estado é a instância em que se permite a dominação pela classe burguesa, assim como o domínio do modo de produção capitalista sobre os outros modos de produção dominados, podendo haver diferentes arranjos, de classes e de frações de classe de cada formação. Em termos geográficos, é como afirmar que o espaço tem uma dimensão jurídico-política, o espaço superestrutural, que permite a coesão de uma formação socioespacial e que condensa as contradições (MOREIRA, 2008).

No capitalismo, a função do Estado como estrutura de dominação de classe está diretamente relacionada à sua autonomia relativa e está inscrita em sua própria forma. Poulantzas (2019) afirma que a ideologia jurídico-política ocupa um papel central, ao reproduzir um duplo efeito: o de isolamento e o da representação da unidade. Em outras palavras, os conceitos de cidadão, cidadania, indivíduo, sujeito de direito, direitos de propriedade individual e igualdade jurídica, geram um efeito atomizador, que isola os agentes de produção de seus pertencimentos coletivos de classe (POULANTZAS, 2019, p.130-133). Nesse sentido, o efeito de isolamento faz o/a proletário/a se ver como um indivíduo que vende sua força de trabalho como uma mercadoria equivalente ao salário – a mercadoria dinheiro –, escondendo as relações de exploração e de extração de mais-valor.

Ao mesmo tempo, o Estado aparece aos indivíduos isolados como um representante dos interesses gerais de todo o “povo”, de toda a Nação. Esse efeito de representação da unidade de indivíduos já previamente isolados, só é possível por conta do caráter formalmente aberto de suas instituições a toda sociedade. Por conta disso, o recrutamento dos funcionários do Estado é aberto a todas as classes sociais, por meio do meritocratism, como o concurso público, por exemplo (POULANTZAS, 2019, p.353-355). Os funcionários do Estado, i.e., a burocracia, aparecem como um “corpo-neutro”, separado, apartado do conjunto da sociedade, como um representante dos interesses gerais. A despeito de suas diferentes origens de classe, para manter sua unidade e cumprir as funções estatais, a burocracia é rigidamente hierarquizada, assim como suas tarefas distribuídas a partir do topo. A isso o autor chama de burocratismo (POULANTZAS, 2019, p. 354).

O Estado, nessa perspectiva, a partir de seus efeitos, permite a organização da dominação política. Poulantzas enfatiza que esse processo decorre de outro já bastante evidenciado por Gramsci: a hegemonia das classes dominantes em relação às classes dominadas. Dentre outras formas de dominação, a principal delas é a efetivação dos interesses políticos da classe dominante a partir de um *equilíbrio instável de compromissos* com as classes dominadas (POULANTZAS, 2019, p.195). Desta maneira é possível as classes dominantes cederem a certos interesses econômicos, fazer alguns sacrifícios, ou até mesmo permitir que as classes dominadas conquistem alguns interesses econômicos, mas sem ferir os objetivos e interesses políticos centrais das classes dominantes.

No entanto, o filósofo grego vai além de Gramsci e aponta um processo de hegemonia dentro das classes dominantes. Poulantzas, a partir da leitura aprofundada de “As lutas de classe na França” (2012 [1850]), “18 do Brumário de Luís Bonaparte” (2011 [1852]), e “Guerra civil na França” (2011 [1891]), todas obras de Karl Marx, apontam que existem conflitos permanentes entre as distintas frações de classe no interior das classes dominantes. É nesse sentido que o conceito de bloco no poder é constituído, de modo a explicar a unidade contraditória existente entre as frações dominantes em uma formação social, porém sob a hegemonia de uma dessas frações (POULANTZAS, 2019). O autor demonstra que

a fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 2019, p. 245).

Portanto, a fração hegemônica consegue polarizar os diferentes interesses conflitantes das classes dominantes em interesses políticos. Décio Saes (2001), em sua acurada leitura de Poulantzas, afirma que uma das formas de identificar esse processo de contradições entre

frações de classe, pode ser feito através do olhar para como a intervenção do Estado, bem como sua política econômica e social, beneficia e/ou prejudica esses diferentes grupos.

Nota-se que o conceito de bloco no poder é muito profícuo e funcional para compreender, em diferentes conjunturas e períodos históricos, as formas de intervenção estatal e suas defasagens para com o bloco no poder, os deslocamentos de frações hegemônicas no interior do bloco, as defasagens entre representantes políticos e as classes dominantes, dentre outros aspectos. Tal como destacaremos, Ruy Moreira (2013) buscou evidenciar, a partir da leitura de Poulantzas, as relações entre bloco no poder e espaço geográfico na formação socioespacial brasileira.

## **Bloco no poder, formação social e os arranjos espaciais em Ruy Moreira**

O geógrafo Ruy Moreira é inegavelmente um dos mais importantes intelectuais brasileiros, tanto do ponto de vista geral, quanto nos estudos da geografia, em específico. Sua obra é vasta – conta com contribuições no campo da epistemologia da geografia, com do entendimento da formação socioespacial brasileira e da educação em geografia, dentre muitas outras (MACHADO, 2019; CLAUDINO, 2019). O geógrafo em questão, que ainda conta com uma intensa produção acadêmica, foi um pivô na renovação crítica da geografia durante as décadas de 1970 e 1980.

O caráter e as polêmicas que até hoje envolvem esse processo de renovação ainda são discutidos – entre críticas e autocríticas –, tamanha a importância que teve esse desenvolvimento no campo da geografia. Não é objetivo deste trabalho adentrar nos meandros deste debate, mas observar que durante este período formou-se um campo de estudos marxista, abrindo um horizonte para a construção de uma teoria materialista da geografia (PEDROSA, 2015, p.40). Contudo, vale salientar que: a) nunca houve uma espécie de consenso, ou de uma única vertente marxista, mas orientações teóricas de diversos campos dentro do marxismo; b) tampouco existe uma teoria marxista finalizada da geografia, uma vez que, em acordo com Pedrosa (2013; 2015) e França Filho (2019), durante os anos 1990, fatores políticos como a queda do muro de Berlim e a influência de teorias pós-estruturalistas como as de Foucault, Delleuze e Guatarri, interromperam, entre outros aspectos, o avanço da consolidação dessa teoria. Isso tudo, porém, não significa que os estudos marxistas na geografia tenham acabado, mas que houve uma perda significativa de sua influência.

Moreira foi profundamente impactado pelos debates marxistas, assim como era um militante ativo na reconstrução da principal entidade da categoria, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Segundo o geógrafo (MOREIRA, 2000), três autores, dentre outros, foram fundamentais em sua formação: a) Yves Lacoste em sua crítica radical à geografia tradicional, desde fundamentos metodológicos e epistemológicos calcados no positivismo, até sua função na reprodução do capitalismo e do imperialismo, utilizada como uma ideologia no aparelho escolar; b) Henri Lefebvre, que teria avançado em uma análise concreta do espaço, pois “Lefebvre toma o espaço como foco do seu olhar sobre a história, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade” (MOREIRA, 2000, p.31); c) Milton Santos em sua obra *Por uma Geografia Nova* de 1978 (2012), que sistematizou o debate da geografia crítica, entendendo o espaço como estrutura, um produto social e um produtor da sociedade.

Em 1982, Ruy Moreira publicou um texto fulcral em sua obra, o artigo chamado “A geografia serve para desvendar máscaras sociais”. Neste trabalho, o autor reflete sobre a função do espaço na reprodução do capitalismo; na dimensão espacial sobredeterminada pelas instâncias econômicas, ideológicas e jurídico-políticas; assim como o entendimento do conceito de formação socioespacial como síntese concreta do espaço. Esse artigo, além das influências de Lacoste, Lefebvre e Milton Santos, também buscava refletir criticamente sobre as problemáticas althusserianas e gramscianas acerca de estrutura e formação social.

Já em 1985, Moreira publica a sua dissertação de mestrado intitulada “O movimento operário e a questão cidade-campo. Estudo sobre sociedade e espaço no Brasil”. Nesta, Ruy Moreira aprofunda as questões colocadas no texto de 1982 a partir das particularidades da formação socioespacial brasileira. Seu objetivo é compreender como a luta dos/as trabalhadores/as se desenvolve dentro de uma estrutura material dada – o espaço – e como a produção e organização do espaço sobredetermina as lutas de classes (MOREIRA, 2013, p.11). Tendo como foco a relação espaço-poder, em que as lutas de classes se expressam em confrontos de espaço e contraespaço, Moreira (2013) afirma que

essa determinação é tomada como uma estrutura ordenadora dos confrontos de classe, que pelo lado dos dominantes tem o caráter de uma disciplinarização espacial dos dominados e pelo lado destes o de uma ação de contraespaço (2013. p.11).

A partir do enfoque nas relações cidade-campo, o autor analisa como vão se desenrolando historicamente, na formação socioespacial brasileira, as diferentes estratégias de dominação/libertação, mediadas pelos diversos arranjos espaciais, tanto pela vertente dos dominadores, que buscam ordenar o espaço com vistas à acumulação do capital, quanto pela classe trabalhadora, que busca alternativas societárias ao capitalismo. De tal sorte que “é pela forma de relação cidade-campo que, definido a relação dos aspectos dos eixos economia-política e produção-circulação, se orienta a linha de desenvolvimento do capitalismo” (MOREIRA, 2013, p.19). Moreira busca entender como são efetivadas as diferentes classes sociais e suas alianças no eixo cidade-campo, uma vez que isto determina a estrutura, o modo de produção na formação socioespacial brasileira.

Vale ressaltar que Moreira (1982) já definia a formação econômico-social nos termos de Harnecker (1973) e Amin (1973), nos quais a formação socioespacial seria “a estrutura que regula e assegura por meio de uma dada ordem de arranjo a própria formação econômico-social na história” (MOREIRA, 2008, p.77). Já em sua dissertação ele retoma esse conceito aplicando-o à realidade brasileira. A esta perspectiva, adiciona-se que a dimensão de raça (MOURA, 2020; ALMEIDA, 2020) e gênero no capitalismo dependente brasileiro também conformam formas de dominação social e, como na expressão de Saffioti (2015), estão articuladas à dimensão de classe e nas instâncias socioespaciais, econômicas, políticas e ideológicas.

Para Moreira (2013), o bloco no poder é o centro que por meio e através do Estado, com sua autonomia relativa, produz, ordena, regula o espaço e seus arranjos em uma formação socioespacial. Em outras palavras, os arranjos espaciais que dão coesão à dominação de classe burguesa são determinados pelo bloco no poder

O Estado exprime a pactuação aliancista da vertente dos dominantes [bloco no poder], orientando o andamento e mudanças da estrutura interna da formação social brasileira e o seu modo de internalização da divisão internacional do trabalho e das trocas segundo os momentos mundiais de mudança do capitalismo. (MOREIRA, 2013, p.39)

Além do mais, o autor também afirma que mesmo o modo de produção capitalista tendo como o seu núcleo a contradição centrada na burguesia e no proletariado, é necessário observar cada formação socioespacial específica com vistas a desnudar como as classes, raças e gêneros dos demais modos de produção de uma mesma formação socioeconômica engendram lutas e alianças classistas, pois é daí que se formam as classes no bloco no poder.

O bloco histórico e de poder tem nesse complexo estrutural sua origem e suas características. Daí saem as alianças e os pactos que vão formar, correlativamente, o perfil estrutural do Estado, além do modo como a formação social vai então se substantivar enquanto forma particular de realização do capitalismo mundializado (MOREIRA, 2013, p.191).

Para Moreira, é evidente que a internalização e estruturação da divisão territorial do trabalho, dos arranjos espaciais, são determinados pelo bloco no poder. “O epicentro das decisões, é o bloco no poder como expressão de interesses entrecruzados do modo de produção e demais modos de produção constitutivos da formação” (MOREIRA, 2013, p.191).

No entanto, ressalta-se que as lutas de contraespaço conflitam com o espaço hegemônico, pois elas “aponta[m] para uma aliança dos de baixo que os de cima percebem e por todos os modos impedem, bloqueiam e dificultam, buscando evitar seus estratagemas” (MOREIRA, 2013, p.35).

## Os arranjos da formação socioespacial brasileira sob o prisma do bloco no poder

Em “O movimento operário...” (2013, p. 40-41), Moreira propõe uma análise da formação socioespacial brasileira a partir de uma periodização de três etapas. A primeira é a fase *agromercantil colonial-escravocrata*: aqui há uma clivagem da economia (interna) e da política (externa), uma vez que o centro de decisões do Estado era metropolitano, externo, e o eixo da produção-circulação era voltado para a acumulação primitiva através da extração da renda escravista. Esta fase é caracterizada por uma aliança no bloco do poder entre a burguesia mercantil e a elite plantacionista, junto à hegemonia da Coroa portuguesa e suas classes dominantes. Já no lado dos dominados inexistia uma aliança campo-cidade complexa, mas as lutas engendradas nesse período foram fundamentais para contestar o modo de produção escravista colonial, tal como a quilombagem (MOURA, 2020).

A segunda fase é a da *transição*, que se caracteriza pela vinculação da economia e da política com a formação do Estado imperial escravista no Brasil. Havia uma economia agroexportadora, dominada ainda por um processo de acumulação primitiva interna (renda escravista, depois renda da terra). O bloco no poder era aliado pelas frações plantacionistas e da burguesia mercantil. A partir de então, as classes sociais dominadas no campo-cidade começam a tornar-se complexas.

Por fim, a terceira fase cunhada pelo autor é a *urbano-industrialização*: ela é possível pelo processo primitivo de acumulação (renda escravista) e investimentos externos de capitais provenientes do imperialismo; esta fase pode ser caracterizada em dois períodos: a) o primeiro é o da formação do “espaço molecular”, isto é, um capitalismo “atrasado”, ordenado pelo bloco no poder industrial-agrário e mercantil, unificando o eixo produção-circulação; b) o segundo é a fase da configuração do “espaço monopolista”, cujo “centro de ordenamento espacial é o bloco no poder industrial-agrário-financeiro” (2013, p.41), com hegemonia da fração industrial. Há, então, uma nova cisão no eixo produção-circulação “em uma quebra da unidade espacial do eixo em que a produção se mantém interna, e a circulação parcialmente” (2013, p.41).

Na vertente dos dominados, a quilombagem começa a perder protagonismo na primeira fase; já no movimento abolicionista, as camadas médias urbanas tomam à frente nos processos de luta, ensaiando as primeiras formas de alianças campo-cidade, contudo por meio de uma estratégia mais defensiva e subordinada aos interesses dos setores médios – que visavam o estabelecimento da república burguesa. Na segunda fase, há muitas lutas de contraespaço em formas de aliança campo-cidade, em que o movimento dos trabalhadores ganha também caráter acentuadamente operário e camponês, corpo sindical, partidário, organizado em movimentos sociais etc.

Cabe ressaltar o efeito da transformação do espaço jurídico-político de sua forma escravista-colonial para a forma propriamente burguesa. Para o autor (2013), o Estado burguês foi determinante para interligar o eixo economia-política, vinculando o eixo produção-circulação, operando a transição da acumulação primitiva (renda escravista, trabalho escravizado) para a acumulação capitalista de tipo dependente (mais-valia, trabalho assalariado), tornando a divisão social e territorial do trabalho mais complexa.

Espelho institucional do bloco de classes a que serve, o Estado é em suas ações, a face da evolução conjuntural desse bloco. Sob a face do bloco agromercantil, ele concentra a ordenação espacial que exprime a fusão dos aspectos do eixo economia-política em espaço nacional. Muda para adquirir a face do bloco industrial-agrário que ordena o arranjo espacial que leva à fusão dos aspectos do eixo produção-circulação. E, por fim, toma a face do bloco industrial-agrário-financeiro quando o capital industrial-financeiro



O papel do Estado foi central na constituição do espaço monopolista, no período que é caracterizado entre os anos de 1930 e 1980. A consolidação desse arranjo se deu durante a ditadura militar (1964-1985), operando o que o autor chamou de dispersão e desconcentração industrial para as cidades pequenas e médias, associada à modernização/industrialização conservadora da agricultura (MOREIRA, 2013, p.145). O Estado atua tanto na regulamentação e normatização, quanto na orientação dessa (des)concentração e modernização/industrialização, através de planos nacionais de desenvolvimento e na criação de leis para tal. Em uma articulação entre regime político ditatorial militar e hegemonia da industrialização, dá-se “[...]o fundamento industrial-agrário-financeiro do bloco no poder e o baseamento sistêmico da economia na forte entrada de aporte financeiro de origem externa” (MOREIRA, 2013, p.152).

A partir dos textos mais recentes do autor sobre a formação socioespacial brasileira, é possível inferir uma nova etapa dentro da fase do espaço monopolista que teria início nos anos de 1980 e 1990, regida pela hegemonia financeira do bloco no poder e com o neoliberalismo como modo de regulação dos eixos economia-política e produção-circulação. Essa etapa pode ser caracterizada sobretudo por três aspectos: “modernização da agricultura, redistribuição territorial da indústria e despatrimonialização-desestatização que privatiza a gestão do espaço” (MOREIRA, 2005, p.20).

Nesse novo arranjo espacial, opera-se a partir das diferentes lutas de espaço e contraespaço, uma combinação de reestruturação da base produtiva, acompanhada de novas formas de gestão e controle do trabalho e articulada a uma política de desconcentração industrial. Também houve a modernização da agricultura primário-exportadora, fortalecendo os laços entre a agricultura-indústria e as finanças, com forte apoio estatal, formando o agronegócio brasileiro. Além disso, houve uma série de privatizações e desregulamentação estatal, que demarcaram o avanço da gestão privada do território e que “define por sua lógica de mercado a lógica da regulação do espaço” (MOREIRA, 2005, p.24), assim como uma nova forma de intervenção e regulação estatal. Nesta fase, caracterizada pela mundialização do capital e do neoliberalismo, como discutido anteriormente, ocorreu a transição de hegemonia no bloco no poder da fração industrial para a fração financeira, que possui uma relação majoritariamente associada ao imperialismo. Essa fração opera como força principal no ordenamento espacial engendrado pelo Estado dependente brasileiro.

Neste período há a emergência de novos sujeitos nas lutas de contraespaço. Uma multiplicidade de formas de organização em movimentos sociais, de pautas políticas, que vão desde o viés da sexualidade, juventude, gênero, raça, saúde, educação, transporte, terra, água, até das formas de manifestação e protesto, para além das greves, mas também de manifestações de rua, ocupações de prédios públicos, bloqueio de rodovias etc. A bandeira da Constituinte e das Diretas Já! nos anos 1980 foram fundamentais nas formas de aliança campo-cidade, contribuíram para o fim da ditadura militar e impuseram derrotas importantes às classes dominantes na consolidação da nova república. Apesar disso, a transição foi realizada atendendo aos interesses estratégicos do bloco no poder e, com a vitória do neoliberalismo nos anos 1990, emplacou-se uma derrota no movimento dos trabalhadores, dispersando a aliança anterior em diversos polos (BOITO JÚNIOR, 1999; 2019; SAES, 2001).

Nessa perspectiva, nota-se a influência fundamental do conceito de bloco no poder de Nicos Poulantzas(2019) na obra de Ruy Moreira. De maneira criativa e inovadora, Moreira (2013) analisa o Brasil através do espaço geográfico, observando os processos de hegemonia e contra-hegemonia, as lutas de classes, tanto em seu interior das classes, quanto entre si. O autor ainda ressalta que o espaço é um elemento estrutural e estruturante para a dominação de classe, raça e gênero, e por meio do bloco no poder, através do Estado, ordena os arranjos espaciais de acumulação e controle social, bem como chama a atenção para as lutas de contraespaço e para a importância dos movimentos de resistência se atentarem à

relevância do espaço e da formação socioespacial na construção de um projeto contra hegemônico e socialista.

Este trabalho defende que a compreensão de Ruy Moreira para analisar a formação socioespacial em que o bloco no poder é o centro do arranjo, permite analisar não apenas os períodos da história, mas também conjunturas, políticas de desenvolvimento, ações de des-reterritorialização do Estado e do capital, os diferentes arranjos econômicos, jurídico-políticos e ideológicos, as ações de contraespaço dos movimentos sociais, partidos, organizações, dentre outros temas relevantes. Isto é, pode-se ir dos arranjos ao bloco no poder, mas também do bloco no poder aos arranjos, em meio às diferentes resistências de contraespaço.

## Considerações finais

A hipótese que se buscou desenvolver neste artigo, e que necessita de aprofundamento e estudo, é que os arranjos espaciais encontram no bloco no poder seu centro de decisão. Sempre em relação à conflitualidade, isto é, as disputas entre espaço e contraespaço e dos “vetores verticais” do imperialismo e de seus aparelhos supranacionais. A problemática apresentada repõe a atualidade da obra de Nicos Poulantzas em “Poder Político e Classes Sociais” (2019) nos estudos geográficos, como o realizado por Ruy Moreira em “O movimento operário...” (2013). Evidentemente esta pesquisa ainda está em andamento e precisa aprofundar algumas questões. Pretende-se, em outro trabalho, retomar esta problemática a partir de um estudo de caso concreto em uma conjuntura específica, observando a implementação da política de desenvolvimento territorial rural dos últimos anos.

O marxismo-leninismo de Poulantzas retoma o “Estado e a Revolução” de Lenin (2012), expondo os limites estruturais do Estado burguês em ser uma alternativa às classes dominadas e oprimidas por meio do interior dos seus aparelhos. O Estado, como uma estrutura de hegemonia, impõe limites às conquistas dos dominados no interior da institucionalidade, transformando e acomodando essas conquistas através de mecanismos de coerção e consenso. Poulantzas (2019), como um leninista, defende a importância da luta reivindicativa por direitos, políticas sociais etc., como subordinada à dimensão do poder; rompe com o reformismo e renova a perspectiva revolucionária, portanto a destruição do Estado burguês, e a construção de outra institucionalidade adequada aos interesses das classes populares.

Contudo, é fundamental compreender de maneira aprofundada cada formação socioeconômica e socioespacial, evitando qualquer aplicação mecânica da teoria. O Brasil, por exemplo, é uma formação dependente, com um Estado dependente, cujo racismo e o patriarcado são estruturais e constituintes de todas as instâncias da vida social (ALMEIDA, 2020; SAFFIOTI, 2013; SOUZA, 2001; MOURA, 2020). No campo, por exemplo, o agronegócio é o modelo hegemônico, subordina inclusive as políticas de desenvolvimento territorial rural com sua roupagem neoliberal e necessita do Estado como o elo ordenador dos arranjos espaciais da acumulação, reproduzindo o capitalismo dependente, o racismo e o patriarcado na cidade-campo.

Sob o governo Bolsonaro os desafios das lutas sociais são imensos, em meio às reconfigurações do bloco no poder, responsável pelo golpe contra Dilma em 2016. Frente ao programa econômico neoliberal e à agenda neofascista em curso, não apenas os direitos estão sendo retirados, mas também a vida da militância e dos sujeitos mais oprimidos da sociedade está sendo cada vez mais ameaçada (BOITO JÚNIOR, 2019; 2020), de tal maneira que é preciso compreender as formas de contraespaço da atualidade e refletir sobre alternativas. As lutas sociais de contraespaço não devem ser pensadas apenas como formas “essencialistas” entre burguesia e proletariado, pois elas são muito mais complexas. Salienta-se a perspectiva de Harnecker (2018), que aponta que camponeses, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e todos sujeitos oprimidos e explorados no eixo campo-cidade, devem ser incluídos em um projeto popular e democrático de transformação, orientados por uma estratégia revolucionária de contraespaço.

## Referencias

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. São Paulo: Unicamp, 2015
- AMIN, Samir. **Unequal development: na essay on the social formations of peripheral capitalismo**. England: The Haverster, 1973.
- BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018
- \_\_\_\_\_. Prefácio à edição brasileira. In: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Unicamp, 2019.
- \_\_\_\_\_. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, n.50, p.111-119, 2020
- BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 241f. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.
- BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. **Queastio Luris**, v.7, n.2, 2014, p.453-468.
- CABRAL, Amilcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: codecri, 1980.
- CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista**. 2012p. 377f. Tese (doutorado em sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.
- CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Raízes e constelações do saber geográfico acadêmico brasileiro: o conhecer e o pensar na condição das nervuras**. 2019. 556f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n.27, 2008, p.65-85.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016
- DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: EFRGS, 2012
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014
- FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930 - 1964)**. Curitiba: CRV, 2017.
- FERNADES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008 p.1-57
- FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira. **Geografia em questão**, v.5, n.1, 2012.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- GORRITI, Jacinta. **Nicos Poulantzas. Una teoria materialista del Estado**. Chile: Doble Ciencia, 2020.
- HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico**. [S.n.: s.l], 1973.
- \_\_\_\_\_. **Um mundo a construir: novos caminhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2018

- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loylola, 2008
- JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political Strategy**. London: Macmillan, 1985
- KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016
- LAZAGNA, Angela. **O político na transição socialista. Explicação e retificação da contribuição da corrente althusseriana**. 2017. 262f. Tese (doutorado em ciência política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.
- LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2012
- MACHADO, Monica Sampaio. A trajetória espacial e intelectual de Ruy Moreira e sua contribuição à geografia brasileira. **GeoUERJ**, n.35, 2019
- MARTIN, James (org.). **The Poulantzas reader: marxism, law and the State**. London; New York: Verso, 2008
- MOURA, Clovis. **Dialética radical do negro brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 3.ed, 2020.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 316 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280194>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011
- \_\_\_\_\_. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil no período 1978-1988). **GEOgraphia**, ano 2, n.3, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n.83, 2005, p.7-31.
- \_\_\_\_\_. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008
- \_\_\_\_\_. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: clases urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. Rio de Janeiro: Consequências, 2 ed, 2013.
- MOTTA, Luiz Eduardo. Poulantzas e o Direito. In: **Dados vol.53, nº2**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. A recepção de Althusser no Brasil: o grupo da revista tempo brasileiro. **Novos Rumos**, v.54, n1, 2017.
- OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed, 2019
- PEDROSA, Brenno Viotto. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. 2013. 361f. Tese (doutorado em geografia humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. A controvérsia da geografia crítica no Brasil (parte II). **Geosul**, Florianópolis, v.30, n.59, p.29-46, jan/jun, 2015.
- PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro 1944-2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975
- \_\_\_\_\_. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976
- \_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: edições Graal, 2 ed, 1985
- \_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Unicamp, 2019
- SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1988-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- \_\_\_\_\_. **Republica do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001
- \_\_\_\_\_. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim (org.). **História do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Unicamp, v.3, ed. 2, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- \_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2015
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 6ª ed., 2012
- SOUZA, Angelina Matos. **Estado e dependência no Brasil (1989-1930)**. São Paulo: Annablue, 2001.
- THOMAZ, Junior, Antonio. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo - Território**, v. 5, p. 92-122, 2010.
- ZEDONG, Mao. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.